

Países ricos vão discutir nossa dívida

A polêmica proposta de Bresser Pereira aos bancos credores teve um mérito: chamou a atenção do Grupo dos Cinco para o problema da dívida do Terceiro Mundo.

A recente proposta do ministro Bresser Pereira, que provocou uma reação em cadeia de bancos europeus, japoneses e norte-americanos, teve pelo menos o mérito de relançar a discussão do problema da dívida dos países em desenvolvimento. A tal ponto que o tema foi incluído na pauta da reunião do “Grupo dos Cinco”, que se realizará em Washington, nas vésperas da reunião do Fundo, segundo se anunciou ontem, em Paris, junto ao Ministério de Finanças. Esse grupo reúne os cinco ministros de finanças dos países mais industrializados, EUA, Japão, Alemanha Federal, Grã-Bretanha e França, sendo que às vezes se transforma em Grupo dos Seis ou Sete, com a inclusão de representantes do Canadá e Itália.

Esse encontro estava previsto já há algum tempo, mas deveria limitar seus trabalhos à análise de problemas relativos à constante queda do dólar e debate de medidas que deverão ser adotadas em conjunto para manter a estabilidade do mercado financeiro. Mas a proposta do ministro da Fazenda relançou de tal forma a polêmica nos meios bancários internacionais que a questão da dívida do Terceiro Mundo, particularmente a do Brasil, passou a ocupar novamente uma posição de destaque entre os problemas financeiros que exigem rápido encaminhamento. Os ministros não chegam a considerar má a idéia brasileira de conversão parcial da dívida em títulos, mas pretendem obter maiores detalhes técnicos, entre eles a definição do órgão que garantiria os títulos negociáveis no mercado.

Ontem, os banqueiros franceses reagiam com certa naturalidade às informações de que agora é o próprio Fundo Monetário que estaria aconselhando o governo brasileiro a não propor nenhum acordo, tendo em vista a indefinição política atual, encontrando-se o governo brasileiro sem base política suficiente para sustentar um acordo clássico com a instituição. Para os banqueiros franceses, essa é uma posição de prudência do FMI, pois, no momento, ninguém pode avaliar qual será a evolução política no Brasil a médio prazo. Por isso, o próprio Fundo está recomendando soluções de curto prazo até que os problemas constitucionais brasileiros tenham sido solucionados.

Segundo os mesmos banqueiros europeus, isso explica a recomendação reiterada do FMI para que sejam mantidas e renovadas as linhas de curto prazo que têm permitido, inclusive, o funcionamento normal das agências dos bancos brasileiros no Exterior. Aqui na França, elas têm sido renovadas automaticamente nos prazos normais, não se acreditando que possam ocorrer retaliações como se anuncia nos EUA. Atualmente, constata-se divergências substanciais de enfoque do problema brasileiro entre bancos europeus e norte-americanos. A proposta brasileira foi rejeitada pelos europeus mais pela forma de sua apresentação e pelos números citados por Bresser e tidos como irrealistas. Mas a idéia base de transformação de uma parte da dívida em títulos merece ser estudada mais a fundo e seu mecanismo aperfeiçoado. Essa não é a postura dos bancos norte-americanos, que simplesmente não querem ouvir falar nessa possibilidade. De qualquer forma, salienta a mesma fonte, não deixa de ser curioso o fato de agora ser o FMI quem não quer concluir um acordo com o Brasil. O exemplo argentino teria convencido os dirigentes do FMI que é melhor esperar uma mais clara definição política no Brasil, o que facilitará negociações para um acordo mais amplo em termos de prazo. O governo argentino pagou um alto preço político pelo acordo concluído com o FMI. O presidente Alfonsín acabou enfraquecendo-se enquanto, paradoxalmente, os peronistas, contrários a negociações com o Fundo, cresceram substancialmente. Esse mesmo tipo de raciocínio é válido para os credores do “Clube de Paris”. Por enquanto, eles não pensam em reunir-se para renegociar os débitos brasileiros, mantendo a posição já anunciada. Antes de mais nada, o Brasil deve passar pelo FMI.

Reali Júnior, de Paris.

Uma nova defesa da conversão

Ativar o mais depressa possível a conversão de parte da dívida externa em capital de risco, não mexer na política salarial e fixar regras claras para que os empresários voltem a investir. Estes foram os pontos fundamentais defendidos ontem em Florianópolis, pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, durante um ciclo de debates sobre o momento econômico promovido pela Federação e Centro das Indústrias de Santa Catarina.

A conversão da dívida em capital de risco foi também defendida pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ao dizer que esse mecanismo “pode representar uma ponte para ligar a idade da dívida para uma nova e promissora idade do capital que vai permitir restabelecer nosso processo de desenvolvimento em bases muito mais sólidas e mais estáveis”.